



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

131,

ED no MS Nº: 0254433-4

EMBARGANTE: Tereza Cristina Ramos Barros

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO E OBSCURIDADE.

**1.** O acórdão embargado, claro por seus próprios termos, denegou a segurança perseguida por meio do *writ* originário destes embargos, ante a verificação da inexistência, na hipótese, de direito líquido e certo a ser amparado pela via mandamental. **2.** Verificando-se que a controvérsia submetida a julgamento gravitava em torno da aplicação, à impetrante, de normas da Lei Complementar Estadual nº 154/2010 (art. 1º, II, 'a' e §§ 2º e 3º), assentou-se que tal diploma legal resultou como *"desdobramento natural, no âmbito do Estado de Pernambuco, da fixação do piso salarial nacional para os professores, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 11.738/2008 (sobretudo o seu art. 3º, §2º), cuja constitucionalidade foi recentemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4167"*. **3.** Registrou-se, outrossim, a conclusão de que, tendo em vista que o STF assentou que o piso salarial nacional estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008 deve corresponder ao vencimento-base da categoria, sem o cômputo das vantagens remuneratórias outras, gerais ou pessoais, *"era previsível que o Estado de Pernambuco optasse pela incorporação, ao vencimento-base dos professores, da Gratificação pelo Exercício de Magistério, sem o que teria que pagar o valor do piso nacional acrescido daquela Gratificação"*. **4.** Nessa ordem de idéias, consignou-se que o fundamento determinante da solução da lide era a inexistência de direito adquirido à manutenção de regime de composição remuneratória, desde que preservada a irredutibilidade do valor nominal global recebido mês a mês. Via de consequência, afirmou-se não possuir a impetrante direito a continuar percebendo remuneração nos moldes previstos no regramento legal que antecedeu a LCE nº 154/2010, porque incompatível com o regime estatutário. **5.** Por fim – diversamente do que alegado pela impetrante nos presentes aclaratórios –, registrou-se a conclusão, tirada do cotejo entre os seus contracheques de ABRIL/2010 e o de JUNHO/2010, respectivamente anterior e posterior à incidência da LCE 154/2010, de que o *total de vantagens* da impetrante manteve-se estável, em harmonia com a diretriz jurisprudencial firmada pelo STF. **6.** Nesse contexto, tem-se que nada resta a que ser esclarecido acerca da extinção da Gratificação pelo Exercício de Magistério pela LCE nº 154/2010 ou do *"fato da visível redução de vencimentos da embargante diante da incorporação da gratificação"*, que não ocorreu na hipótese. **7.** Não existem, pois, omissões ou contradições a serem sanadas no acórdão recorrido. **8.** Aclaratórios conhecidos, porém improvidos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 0254433-4, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade dos votos, em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 06 de março de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



132.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

ED no MS Nº: 0254433-4

EMBARGANTE: Tereza Cristina Ramos Barros

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração**, com pedido de efeitos infringentes, interpostos por **Tereza Cristina Ramos Barros** em face do acórdão que denegou a segurança perseguida por meio de *writ* que veiculava pedido de “reimplantação da Gratificação de Exercício do Magistério na remuneração mensal da impetrante, extinta pela Lei Complementar Estadual nº 154/2010, que afrontou o direito adquirido, a garantia da irredutibilidade de salário, a segurança jurídica e o ato jurídico perfeito”.

O acórdão embargado restou assim ementado:

**EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE MAGISTÉRIO. EXTINÇÃO PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 154/2010. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À MANUTENÇÃO DE REGIME JURÍDICO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Rejeita-se a preliminar de ausência de prova pré-constituída, por se confundir com o próprio *meritum causae*. 2. Rejeita-se, por igual, o argumento de que impetração seria dirigida contra lei em tese, uma vez que a impetrante se insurge contra a supressão da Gratificação de Exercício de Magistério da sua remuneração, por força da aplicação da Lei Complementar Estadual nº 154/2010, e, assim, ao revés do que alega a autoridade impetrada, o *mandamus* se volta contra os efeitos concretos da lei em questão. 3. Rejeita-se a preliminar de decadência, tendo em vista que a impetração busca o restabelecimento da Gratificação pelo Exercício do Magistério, o que constitui *prestação de trato sucessivo*, pelo que o prazo decadencial renova-se mês a mês. 4. O cerne da controvérsia submetida a julgamento gira em torno da aplicação, à impetrante, de normas constantes da Lei Complementar Estadual nº 154/2010, que estabelecem, de início, uma *medida de caráter geral* – qual seja a *extinção, por incorporação ao vencimento-base*, da Gratificação pelo Exercício de Magistério (art. 1º, § 1º, II, “a”) (art. 1º, § 1º, inciso II, “a”, e §§ 2º e 3º), e, em sequência, contemplam *regra especial* (art. 1º, §§ 2º e 3º), criando uma “*parcela de irredutibilidade remuneratória*” destinada a compensar eventual diferença entre o valor do novel vencimento-base (resultante da incorporação da Gratificação pelo Exercício do Magistério), a qual terá “*caráter precário, enquanto persistir a diferença que a originou, devendo ser suprimida, parcial ou integralmente, quando das eventuais majorações remuneratórias posteriores do servidor, a qualquer título*”. 5. A LCE 154/2010 põe-se como *desdobramento natural*, no âmbito do Estado de Pernambuco, da fixação do *piso salarial nacional* para os professores, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 11.738/2008 (sobremodo o seu art. 3º, § 2º), cuja constitucionalidade foi recentemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4167. 6. O *fundamento determinante* da solução da questão em exame é a *inexistência de direito adquirido à manutenção de regime de composição remuneratória*, desde que preservada a irredutibilidade do valor nominal global recebido





**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

1334

mês a mês, na linha de entendimento firmada pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive em sede de *repercussão geral*. 7. Assim, é fora de dúvida que a impetrante *não tem direito a continuar percebendo remuneração* nos moldes previstos no regramento legal que antecedeu a Lei Complementar Estadual nº 154/2010. 8. Analisando-se os contracheques da impetrante, observa-se, do cotejo entre o de ABRIL/2010 e o de JUNHO/2010, respectivamente anterior e posterior à incidência da LCE 154/2010, que o *total de vantagens* manteve-se estável, em harmonia com a diretriz jurisprudencial firmada pelo STF. 9. Segurança denegada, ante a inexistência de qualquer *direito líquido e certo* a ser amparado na presente via.

Nos presentes embargos, a impetrante questiona a extinção, mediante incorporação, da gratificação do exercício do magistério, pela Lei Complementar Estadual nº 154/2010, tendo em vista o comando normativo da Lei nº 11.738/2008 – que fixou o piso base nacional do professor estatal e foi declarada constitucional pelo STF, com o entendimento de que “*não poderia haver a junção/incorporação de gratificação para alcançar o somatório do teto fixado pela referida lei federal*” – e a garantia constitucional de proteção ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito, previstas no art. 5º, XXXVI, da CF, e alegadamente violadas pela questionada extinção.

De outra banda, pede o esclarecimento quanto ao “*fato da visível redução de vencimentos da embargante diante da incorporação da gratificação*”.

E, com base nesses argumentos, alega que a decisão embargada “*está obscura e contraditória, achando-se em desacordo com os raciocínios e argumentos do respeitável voto vencedor*”.

É o que importa relatar.

O acórdão embargado, claro por seus próprios termos, denegou a segurança perseguida por meio do *writ* originário destes embargos, ante a verificação da inexistência, na hipótese, de direito líquido e certo a ser amparado pela via mandamental.

Verificando-se que a controvérsia submetida a julgamento gravitava em torno da aplicação, à impetrante, de normas da Lei Complementar Estadual nº 154/2010 (art. 1º, II, ‘a’ e §§ 2º e 3º), assentou-se que tal diploma legal resultou como “*desdobramento natural, no âmbito do Estado de Pernambuco, da fixação do piso salarial nacional para os professores, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 11.738/2008 (sobremodo o seu art. 3º, §2º), cuja constitucionalidade foi recentemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4167*”.

Registrou-se, outrossim, a conclusão de que, tendo em vista que o STF assentou que o piso salarial nacional estabelecido pela Lei Federal nº 11.738/2008 deve corresponder ao vencimento-base da categoria, sem o cômputo das vantagens remuneratórias outras, gerais ou pessoais, “*era previsível que o Estado de Pernambuco optasse pela incorporação, ao vencimento-base dos professores, da Gratificação pelo Exercício de Magistério, sem o que teria que pagar o valor do piso nacional acrescido daquela Gratificação*”.





**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

134-

Nessa ordem de idéias, consignou-se que o fundamento determinante da solução da lide era a inexistência de direito adquirido à manutenção de regime de composição remuneratória, desde que preservada a irredutibilidade do valor nominal global recebido mês a mês. Via de consequência, afirmou-se não possuir a impetrante direito a continuar percebendo remuneração nos moldes previstos no regramento legal que antecedeu a LCE nº 154/2010.

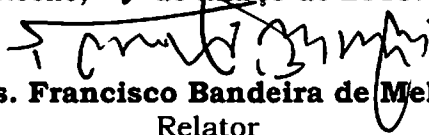
Por fim – diversamente do que alegado pela impetrante nos presentes aclaratórios –, registrou-se a conclusão, tirada do cotejo entre os seus contracheques de ABRIL/2010 e o de JUNHO/2010, respectivamente anterior e posterior à incidência da LCE 154/2010, de que o *total de vantagens* da impetrante manteve-se estável, em harmonia com a diretriz jurisprudencial firmada pelo STF.

Nesse contexto, tenho que nada resta a que ser esclarecido acerca da extinção da Gratificação pelo Exercício de Magistério pela LCE nº 154/2010 ou do “*fato da visível redução de vencimentos da embargante diante da incorporação da gratificação*”, que, conforme antedito, não ocorreu na hipótese.

Não existem, pois, omissões ou contradições a serem sanadas no acórdão recorrido.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 26 de março de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator